

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Editais 9/2022: DIGEF – Direito	
Título e Código do Projeto	914BRZ1071
Local(s) de Trabalho	Brasília/DF
Período do contrato:	11 meses
Número de vagas:	06 (seis)
Enquadramento	Atividade 1.5.7 – Propor redesenho de fluxos de processos, com mapeamento de processo de negócio, adequado ao monitoramento integrado.

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

a) Contexto da consultoria:

A contratação de consultoria especializada, com o escopo de alavancar o monitoramento da gestão do fundo de financiamento estudantil (FIES), no que tange ao tratamento das demandas judiciais e extrajudicial, no âmbito do FNDE, com vistas a assegurar a execução e monitoramento do programa.

b) Motivos e relevância:

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), é uma política pública de incentivo a educação superior e, foi criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, alterada pela Lei nº 13.530, de 07 de dezembro de 2017, com a finalidade de conceder financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com a avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

Destarte, o Plano Nacional de Educação (PNE), instituiu diretrizes, metas e estratégias para alavancar as políticas públicas educacionais, dentre elas insere-se o FIES, como fonte de atingimento da Meta 12 – “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público”.

Importante destacar, ademais, que o artigo 5º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estabeleceu ao Ministério da Educação (MEC), dentre outros a função de monitorar a execução do PNE, por meio de avaliações periódicas. Logo, faz-se necessário o aperfeiçoamento das estratégias para o regular desenvolvimento do programa de financiamento estudantil.

Nesse contexto, insere-se a necessidade de mapeamento das ações judiciais afetas ao FIES, com vistas a aperfeiçoar a política pública, tendo em vista as características singulares do programa de financiamento estudantil, em razão da extensa normatização e sistemas informatizados, que possuem regras de negócio assentadas nestes normativos e que demandam a atuação conjunta do operador, estudante, IES e agentes financeiros, aumentando a complexidade de operacionalização e de possível inconsistências sistêmicas, acarretando, não raras vezes o ajuizamento de demanda judicial.

Assim a contratação de consultoria técnica especializada se mostra essencial, sobre dois prismas: identificação da causa impeditiva para redução do passivo judicial e avaliação consultiva da operacionalização do programa.

Tais condutas, visão adotar ações para diminuir o passivo judicial e observar o comportamento da política pública por intermédio de suas intercorrências, de modo a propor ações que a gestão seja cada vez mais sustentável e atinja os objetivos essenciais do programa de financiamento.

Diante disso, resta evidente a necessidade de consultores capacitados para realização das atividades relacionadas ao monitoramento das ações judiciais, bem como sobre o entendimento jurisprudencial e majoritário em relação as matérias do FIES.

O resultado esperado se constituirá de modo amplo, no fortalecimento da política pública e, de forma mais restrita, na modernização de processos gerenciais, organizacionais e tecnológicos, na formulação, desenvolvimento e implementação do programa de financiamento estudantil, propiciando o alcance dos objetivos e metas estabelecidos no Plano Nacional de Educação (PNE), para o período 2014/2024.

c) Necessidade da consultoria:

Desse modo, considerando que os projetos desenvolvidos ainda não esgotaram todos os pontos suscetíveis de análise e os resultados apresentados foram exitosos, recomenda-se a continuidade dos estudos, visto que o propósito em tela se adequa as finalidades esperadas no âmbito do Projeto UNESCO, fazendo-se necessária a contratação de profissionais especializados.

Oportuno mencionar que nos assentamentos funcionais da autarquia, por seu turno, não foram identificados servidores, com o perfil exigido, disponíveis para a consecução dos referidos estudos analíticos e pesquisas, com fito de subsidiar a avaliação e aperfeiçoamento do financiamento da educação superior, especificamente sob uma perspectiva constitucional e legal, de modo que a contratação de consultoria técnica especializada se mostra apropriada.

2 - ENQUADRAMENTO

a) **Resultados que serão alcançados:**

Novos instrumentos e fluxos que assegurem a eficiência no tratamento das demandas judiciais maximizando os recursos disponíveis, diminuindo tempo de resposta, o ajuizamento de ações judiciais, a prolação de decisões desfavoráveis à autarquia e propiciando celeridade no cumprimento integral de decisões judiciais.

b) **Enquadramento no PRODOC:**

Estudos técnicos do passivo judicial do FIES, analisando as especificidades das demandas judiciais opostas face ao FNDE, com vistas a identificar o comportamento do Poder Judiciário em casos concretos sujeitos à jurisdição, de modo a observar a necessidade de aperfeiçoamento da política pública ou de sua operação, com o fito de obter melhores resultados na condução do programa, por meio da análise destes dados.

Os resultados se inserem dentro das atividades previstas no item 1.5.7 (Propor redesenho de fluxos de processos, com mapeamento de processo de negócio, adequado ao monitoramento integrado), do projeto de cooperação da UNESCO e FNDE.

3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

Consultor nº 01 – Seção Judiciária do Rio Grande do Sul:

Documento Técnico “A” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor para médicos que possuem contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor para médicos, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros e estudantes no processo de requerimento do abatimento de 1% do saldo devedor do FIES para médicos, levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “B” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de verificação do baixo aproveitamento acadêmico nos financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “C” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, estudantes/fiadores no processo de absorção por morte do saldo devedor dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “D” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao aditamento de dilatação, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de dilatação dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “E” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais relacionadas à renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies e estudantes no processo de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes.

Documento Técnico “F” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais relacionadas ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de encerramento dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Consultor nº 02 – Seção Judiciária de Santa Catarina:

Documento Técnico “A” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor para médicos que possuam contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor para médicos, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros e estudantes no processo de requerimento do abatimento de 1% do saldo devedor do FIES para médicos, levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “B” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar

e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de verificação do baixo aproveitamento acadêmico nos financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “C” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, estudantes/fiadores no processo de absorção por morte do saldo devedor dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “D” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao aditamento de dilatação, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;

3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de dilatação dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “E” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais relacionadas à renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies e estudantes no processo de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes.

Documento Técnico “F” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais relacionadas ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de encerramento dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Consultor nº 03 – Seção Judiciária do Espírito Santo:

Documento Técnico “A” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor para médicos que possuem contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor para médicos, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros e estudantes no processo de requerimento do abatimento de 1% do saldo devedor do FIES para médicos, levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “B” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de verificação do baixo aproveitamento acadêmico nos financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “C” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, estudantes/fiadores no processo de absorção por morte do saldo devedor dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “D” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao aditamento de dilatação, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de dilatação dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “E” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais relacionadas à renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies e estudantes no processo de renegociação do saldo devedor dos

contratos de financiamento estudantil (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes.

Documento Técnico “F” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais relacionadas ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de encerramento dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Consultor nº 04 – Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul:

Documento Técnico “A” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor para médicos que possuem contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor para médicos, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros e estudantes no processo de requerimento do abatimento de 1% do saldo devedor do FIES para médicos, levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “B” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, enfatizando

a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de verificação do baixo aproveitamento acadêmico nos financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “C” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, estudantes/fiadores no processo de absorção por morte do saldo devedor dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “D” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao aditamento de dilatação, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;

3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de dilatação dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “E” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais relacionadas à renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies e estudantes no processo de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes.

Documento Técnico “F” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais relacionadas ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de encerramento dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Consultor nº 05 – Seção Judiciária do São Paulo:

Documento Técnico “A” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da

CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor para médicos que possuem contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor para médicos, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros e estudantes no processo de requerimento do abatimento de 1% do saldo devedor do FIES para médicos, levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “B” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de verificação do baixo aproveitamento acadêmico nos financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “C” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, com vistas à verificação do posicionamento

do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;

3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, estudantes/fiadores no processo de absorção por morte do saldo devedor dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “D” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao aditamento de dilatação, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de dilatação dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “E” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais relacionadas à renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies e estudantes no processo de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes.

Documento Técnico “F” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de

encerramento do financiamento estudantil (Fies), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais relacionadas ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de encerramento dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Consultor nº 06 – Seção Judiciária de Paraná:

Documento Técnico “A” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor para médicos que possuem contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor para médicos, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros e estudantes no processo de requerimento do abatimento de 1% do saldo devedor do FIES para médicos, levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “B” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de verificação do baixo aproveitamento acadêmico nos financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “C” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, estudantes/fiadores no processo de absorção por morte do saldo devedor dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “D” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao aditamento de dilatação, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de dilatação dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

Documento Técnico “E” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais relacionadas à renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies e estudantes no processo de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes.

Documento Técnico “F” – Documento técnico contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Atividades:

1. Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil;
2. Analisar as ações judiciais relacionadas ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo;
3. Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de encerramento dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Perfil: Consultor nº 1 (Seção Judiciária de Rio Grande do Sul)

Parcela/Descritivo	Data para Entrega
<p>Documento Técnico “A” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor dos contratos de FIES para médicos, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.</p>	<p>45 dias contados a partir da data de assinatura do contrato</p>
<p>Documento Técnico “B” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.</p>	<p>100 dias contados a partir da data de assinatura do contrato</p>
<p>Documento Técnico “C” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção, por morte, por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.</p>	<p>155 dias contados a partir da data de assinatura do contrato</p>
<p>Documento Técnico “D” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.</p>	<p>210 dias contados a partir da data de assinatura do contrato</p>
<p>Documento Técnico “E” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.</p>	<p>270 dias contados a partir da data de assinatura do contrato</p>
<p>Documento Técnico “F” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.</p>	<p>330 dias contados a partir da data de assinatura do contrato</p>

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Perfil: Consultor nº 2 (Seção Judiciária de Santa Catarina)

Parcela/Descritivo	Data para Entrega
Documento Técnico “A” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor dos contratos de FIES para médicos, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	45 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “B” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	100 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “C” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção, por morte, do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	155 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “D” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	210 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “E” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	270 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “F” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de	330 dias contados a partir da data de assinatura

encerramento do financiamento estudantil (Fies), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	do contrato
---	-------------

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Perfil: Consultor nº 3 (Seção Judiciária do Espírito Santo)

Parcela/Descritivo	Data para Entrega
Documento Técnico “A” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor dos contratos de FIES para médicos, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	45 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “B” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	100 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “C” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção, por morte, do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	155 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “D” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	210 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “E” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	270 dias contados a partir da data de assinatura do contrato

Documento Técnico “F” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	330 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
---	--

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Perfil: Consultor nº 4 (Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul)

Parcela/Descritivo	Data para Entrega
Documento Técnico “A” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor dos contratos de FIES para médicos, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	45 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “B” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	100 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “C” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção, por morte, do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	155 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “D” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	210 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “E” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, enfatizando a	270 dias contados a partir da data de assinatura do contrato

jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	
Documento Técnico “F” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	330 dias contados a partir da data de assinatura do contrato

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Perfil: Consultor nº 5 (Seção Judiciária do São Paulo)

Parcela/Descritivo	Data para Entrega
Documento Técnico “A” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor dos contratos de FIES para médicos, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	45 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “B” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	100 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “C” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção, por morte, do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	155 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “D” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	210 dias contados a partir da data de assinatura do contrato

Documento Técnico “E” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	270 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “F” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	330 dias contados a partir da data de assinatura do contrato

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Perfil: Consultor nº 6 (Seção Judiciária de Paraná)

Parcela/Descritivo	Data para Entrega
Documento Técnico “A” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor dos contratos de FIES para médicos, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	45 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “B” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	100 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “C” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção, por morte, do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	155 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “D” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES,	210 dias contados a partir da data de assinatura

ênfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	do contrato
Documento Técnico “E” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, ênfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	270 dias contados a partir da data de assinatura do contrato
Documento Técnico “F” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), ênfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	330 dias contados a partir da data de assinatura do contrato

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Perfis:

Para apresentação dos produtos/resultados esperados os consultores atuarão em relação aos processos: Seção Judiciária do **Rio Grande do Sul** (Consultor 01); Seção Judiciária do **Santa Catarina** (Consultor 02); Seção Judiciária de **Espírito Santo** (Consultor 03); Seção Judiciária da **Mato Grosso do Sul** (Consultor 04); Seção Judiciária do **São Paulo** (Consultor 05); Seção Judiciária de **Paraná** (Consultor 06).

5 - INSUMOS

Ao (À) consultor (a) será dado o apoio e material técnicos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão ainda ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 - REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

6.1 Obrigatórios:

a. Formação Acadêmica:

Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

b. Experiência profissional comprovada (anos/período):

Experiência profissional de 02 (dois) anos em atividades jurídicas e/ou administrativas, no âmbito da Administração Pública a ser comprovada por meio de documentos oficiais.

6.2 Desejáveis:

a. Formação Acadêmica:

Pós-graduação *stricto sensu* ou *lato sensu* em Direito;

b. Experiência profissional comprovada (anos/período):

Experiência profissional de 02 (dois) anos em atividades jurídicas no âmbito da Educação.

c. Habilidades e competências

Conhecimento relacionado ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a serem aferidos na fase de entrevista.

Conhecimento na legislação do financiamento estudantil (FIES), a serem aferidos na fase de entrevista.

Conhecimento nos processos administrativos e/ou judiciais relacionados a Administração Pública, especialmente no programa de política pública do FIES, a serem aferidos na fase de entrevista.

Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) há pelo menos 04 (quatro) anos.

7 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para o processo seletivo, será constituída uma comissão específica, cujos trabalhos serão realizados em consonância com este Termo, com as normas aplicáveis e em estreito alinhamento aos princípios aplicáveis à Administração Pública. Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à coordenação executiva do Projeto.

CrITÉrios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Qualificação do candidato	<p>É <u>obrigatório</u> que possua graduação em Direito.</p> <p>É <u>desejável</u> que possua especialização em Direito.</p>	<p>[100%] 10 pontos: doutorado em Direito.</p> <p>[90%] 9 pontos: mestrado em Direito.</p> <p>[80%] 8 pontos: especialização lato sensu na área de Direito.</p> <p>[70%] 7 pontos: Graduação</p>	10
		<p>É <u>desejável</u> a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, no mínimo, há 04 anos.</p>	<p>[100%] 10 pontos: 6 anos ou mais anos de experiência em atividades jurídicas.</p> <p>[80%] 8 pontos: 5 anos de experiência em atividades jurídicas.</p> <p>[70%] 7 pontos: 4 anos de experiência em atividades jurídicas.</p>	10

2	Experiência do candidato	É <u>obrigatório</u> experiência profissional de 02 (dois) anos em atividades jurídicas e/ou administrativas, no âmbito da Administração Pública.	[100%] 30 pontos: 4 anos ou mais anos de experiência em atividades jurídica e/ou administrativas. [80%] 24 pontos: 3 anos ou mais anos de experiência em atividades jurídica e/ou administrativas. [70%] 21 pontos: 2 anos ou mais anos de experiência em atividades jurídicas e/ou administrativas.	30
		É <u>desejável</u> experiência profissional de 02 (dois) anos em atividades jurídicas no âmbito da Educação.	[100%] 20 pontos: 4 ou mais anos de experiência em atividades jurídicas no âmbito da Administração Pública. [80%] 16 pontos: 3 anos de experiência em atividades jurídicas no âmbito da Administração Pública; [70%] 14 pontos: 2 anos de experiência em atividades jurídicas no âmbito da Administração Pública.	20
3	Habilidades e competências	É <u>desejável</u> conhecimento relacionado ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI). É <u>desejável</u> conhecimento na legislação do financiamento estudantil (FIES). É <u>desejável</u> conhecimento nos processos administrativos e/ou judiciais relacionados a Administração Pública, especialmente no programa de política pública do FIES.	Até 30 pontos, atribuídos pela comissão de seleção em entrevista.	30
TOTAL DE PONTOS				100

8 – ENTREVISTA

A realização de entrevistas poderá ser feita por videoconferência, telefone ou outros meios que a Comissão de Seleção entenda adequado, desde que preservada a isonomia. Caso a Comissão de Seleção entenda necessário, poderá haver a realização de provas ou testes de conhecimentos ou habilidades específicos.

9 - LOCAL DE TRABALHO:

A consultoria será realizada na sede do FNDE, em Brasília - DF, podendo ser necessário o deslocamento para outros locais do país, para coleta de dados e implementação dos modelos de monitoramento e assistência técnica propostos.

Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2022.

Gustavo Lopes de Souza
Diretor de Gestão de Fundos e Benefícios